



ACÓRDÃO Nº 48/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1532/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas – PGJ.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Sr. Francisco das Chagas Santiago da Cruz e Sr. Carlos Fábio Braga Monteiro, Procuradores Gerais, à época.
- 6- **Advogados:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM, DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 510EX/2017-MP-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fls. 5508/5518).
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas – PGJ. Exercício de 2014.

Regularidade com Ressalvas. Recomendação. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **á unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1- **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas – PGJ, relativa ao exercício de 2014, de responsabilidade do **Sr. Francisco das Chagas Santiago da Cruz** (de 01.01.2014 a 13.10.2014) e do **Sr. Carlos Fábio Braga Monteiro** (de 14.10.2014 a 31.12.2014), Procuradores Gerais da PGJ nos referidos períodos, nos termos do art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/1996, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo em vista que houve falha na adoção de procedimento licitatório na modalidade de Pregão Presencial, ao invés de Pregão Eletrônico;
- 10.2- **Recomendar** à atual administração da PGJ/AM que, nas próximas licitações com vistas à aquisição de bens e serviços comuns, utilize o pregão presencial somente com a devida justificativa motivada de que era inviável a adoção do pregão eletrônico;



ACÓRDÃO Nº 48/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.3- Determinar a extração de cópias do Relatório de Vistoria n.º 086/2017, bem como do Parecer Ministerial, para juntada no Processo nº 11641/2016 (Prestação de Contas Anual da Procuradoria Geral de Justiça – PGJ, exercício de 2015), visto que o saldo remanescente deste ajuste teve sua execução destinada para o exercício de 2015.

11- Ata: 3ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 08 de fevereiro de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JULIO ASSIS CORREA PINHEIRO
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral